

CONCEPÇÕES TEÓRICO – PRÁTICAS DOS DOCENTES DO ENSINO BÁSICO PÚBLICO DE MARÍLIA ACERCA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA.

Fernanda Fernandes dos Santos. Neusa Maria Dal Ri. Ciências Humanas – Educação. Pedagogia. Departamento de Administração e Supervisão Escolar. Faculdade de Filosofia e Ciências. Campus de Marília.

Este estudo está integrado a um projeto mais amplo do grupo de estudo *Educação e Trabalho*, vinculado ao grupo de pesquisa *Organizações e Democracia*.

O grupo de estudo *Educação e Trabalho* iniciou a pesquisa sobre a temática Gestão Democrática nas Escolas Públicas de Educação Básica do Município de Marília no segundo semestre de 2005. Para a elaboração deste Projeto foram realizadas leituras sobre o tema. Dessa forma, surgiu o nosso interesse pelo estudo da concepção de gestão democrática sob a ótica dos professores, dada a essencialidade da participação desses na gestão da escola, a fim de que se construa realmente uma gestão participativa. Nossos objetivos são verificar o nível de participação dos professores no conselho escolar, bem como o conceito de gestão democrática dos professores e a presença ou não de canais de comunicação entre a área administrativa e a área pedagógica da escola.

A política de gestão democrática do ensino ganhou destaque em termos de legislação somente na Constituição Federal de 1988, que a incorpora como um princípio do ensino público na forma da lei. Porém, muito antes disso, já era estudada e reivindicada por alguns segmentos da sociedade.

Segundo Furtado, uma das explicações para a incorporação desse princípio à Lei encontra-se no fato de que, no final da década de 1980, o Brasil saía de um período de governos ditatoriais com a expectativa de viver relações mais democráticas.

O caráter autoritário e centralizador do Estado brasileiro durante o regime militar (1964 – 1985) passou a ser questionado por setores progressistas que reivindicavam a implantação de procedimentos mais transparentes e de maior participação no controle público: na verdade era a gestão do próprio estado que estava em pauta. Os partidos de oposição ao regime militar, que disputaram as eleições de 1982, incorporaram nas suas plataformas de governo perspectivas participativas e democráticas (FURTADO, 2005, p. 60).

A proposta de gestão democrática ganhou corpo no contexto de transição democrática e na contestação das práticas de gestão escolar dominantes sob o regime militar e na luta pela construção de uma nova escola, isto é, uma escola aberta à participação popular e comprometida com seus interesses históricos, com vistas a mudanças sociais duradouras e significativas para esse segmento.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), referenda tal princípio explicitando que a gestão democrática é feita na forma desta Lei e da legislação do sistema de ensino. A Gestão Democrática aparece na LDB nos artigos n. 14 e 15 ligada à participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola e à participação da comunidade escolar em conselhos escolares ou equivalentes. Referente à autonomia e à gestão financeira, a Lei indica que os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira observadas as normas de direito financeiro público.

Embora pesem os seus limites e condicionantes, a LDB é a expressão das lutas efetivas entre diversas forças sociais e, dessa forma, apresenta-se como um balizador das políticas educacionais no país e, conseqüentemente, das políticas de democratização da escola e da gestão escolar. Nesta ótica, o resgate e a discussão sobre esses aspectos trazem o questionamento das concepções que vigoram no imaginário educacional, cuja complexidade implica no questionamento quanto ao papel e função social da escolarização e, particularmente, da gestão da educação, bem como o alcance dos limites interpostos a estas, em decorrência da profunda influência das políticas do Banco Mundial na educação.

O Banco Mundial (BM), também conhecido por Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), passou por grandes transformações desde sua criação em 1944, até os dias atuais. Atualmente, a agência destaca-se não apenas pelo grande número de empréstimos que realiza, mas essencialmente pelo caráter estratégico que desempenha no processo de reestruturação neoliberal.

Na década de 1970, o Banco Mundial perdeu a importância como fonte de recursos externos para os países periféricos devido ao rápido crescimento de crédito em condições facilitadas por bancos privados, que se beneficiaram da crise norte-americana. O Banco passa de financiador para indutor de investimentos, já que para a liberação de empréstimos eram impostas inúmeras condições aos países endividados, inclusive na área política e nas legislações dos mesmos.

Segundo Torres (1996, p. 131-138), no que concerne à área educacional, as reformas propostas aos países periféricos são: prioridade para a educação básica; melhoria da qualidade da educação; prioridade para os aspectos financeiros e administrativos da reforma educativa; descentralização e autonomia para as instituições escolares; maior participação dos pais e da comunidade nos assuntos escolares; impulso ao setor privado das Organizações Não-Governamentais (ONGS) como agentes ativos no terreno educativo, tanto na tomada de decisões como na implementação das ações; mobilização e alocação eficazes de recursos adicionais para a educação básica; enfoque setorial; definição de políticas e prioridades baseadas na análise econômica, ou seja, priorização de insumos. Em 1990, seguindo as propostas do Banco Mundial, o Brasil consolidou profundas reformas no sistema escolar que seguiam um padrão predominantemente econômico, o qual chegou a sobrepor-se ao aspecto educativo.

Uma das reformas *sugeridas* pelo Banco Mundial foi a descentralização da educação, executada no Brasil por meio da municipalização. Segundo o governo, a transferência de responsabilidades do Estado para os municípios oportuniza uma gestão escolar mais flexível, possibilitando à comunidade maior participação no ensino.

Essencialmente, as políticas de descentralização podem ocorrer por meio da descentralização administrativa ou da desconcentração política. A descentralização administrativa tem por objetivo descongestionar a administração do sistema educacional, delegando algumas responsabilidades aos municípios, que devem respeitar as políticas centrais. Já a desconcentração política pode significar maior proximidade da população em relação ao poder municipal, no entanto, os municípios podem ou não oportunizar uma gestão mais democrática, podendo ocorrer a utilização desse poder para favorecer os interesses políticos locais.

É nítida a grande influência do Banco Mundial sobre a política educacional brasileira, como, por exemplo, na aprovação da atual LDB que aponta progressivos graus de autonomia para a escola e a gestão democrática do ensino público.

Situar as políticas de educação no Brasil no bojo da discussão sobre a gestão democrática implica resgatar vínculos e compromissos, pois convivemos com um leque amplo de interpretações e formulações que revelam distintas concepções acerca da natureza política e social da gestão democrática, dos processos de racionalização e participação, indo de posturas de participação restrita e funcional atreladas às novas formas de controle social (qualidade total) até perspectivas de busca e participação efetiva, ou seja, uma participação cidadã. Entendemos que participar é “[...] estar ao lado de [...]” (SILVA, 1997, p. 90), principalmente no processo decisório, o que não elimina a participação na execução, mas a execução deve ser um meio e não um fim da participação propriamente dita, ou seja, a partilha de poder. (PARO, 2004, p.16).

Na presente reflexão, a gestão democrática é entendida como um processo de aprendizado e de luta que não se circunscreve aos limites interpostos, mas vislumbra nas especificidades da prática social e em sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de meios de efetiva participação e aprendizado do ‘jogo’ democrático e do repensar das estruturas de poder autoritárias que permeiam as relações sociais e no seio dessas, as práticas educativas. (DOURADO, 1998, p. 79.)

Segundo Brabo (2004), são muitas as dificuldades para o alcance definitivo de uma gestão democrática, dentre elas, a inexistência de canais eficazes de comunicação; resistência de segmentos da

própria escola; ausência histórica de uma cultura de participação na sociedade brasileira; a forma de encaminhamentos das políticas públicas pelos órgãos intermediários de coordenação da educação (SEE e DE), bem como as exigências burocráticas.

Um das formas de participação docente na gestão da escola ocorre por meio do Conselho de Escola que, de acordo com o artigo 95 do estatuto do Magistério, Lei Complementar nº 444/85, estabelece que quarenta por cento de seus componentes devem ser docentes e cabe ao Conselho deliberar sobre as necessidades e interesses da escola.

O Conselho de Escola é importante para a realização de uma gestão democrática, uma vez que serve de meio de comunicação entre a escola e a comunidade e propicia “a participação, embora tímida e incipiente de professores, pais e alunos, que já é um passo dado em direção ao pleno funcionamento do Conselho de Escola, à derrubada do corporativismo de diretores e supervisores, à consolidação da democracia pretendida por todos” (FLORES, 1996, p. 110).

Temos como hipótese de pesquisa que a participação dos docentes na gestão é uma participação parcial, permitida em alguns momentos pelo diretor de escola. Desta forma, a prática dessa participação não pode ser considerada totalmente democrática, pois democracia não se concede, se realiza.

Esta pesquisa está sendo desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e levantamento de dados empíricos com realização de entrevistas.

Inicialmente, levantamos a bibliografia pertinente ao tema, como livros, artigos, dissertações e teses produzidas acerca do tema estudado. Em seguida, realizamos a pesquisa documental, por meio de levantamento e análise das legislações pertinentes ao tema estudado, como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 - LDB, o Estatuto do Magistério, documentos das escolas da amostra pesquisada (estatuto, projeto pedagógico, etc.) e documentos publicados pelas entidades representativas dos professores.

Para organizarmos os dados obtidos na pesquisa bibliográfica, produzimos resumos, resenhas e fichamentos bibliográficos.

O levantamento de dados empíricos, em andamento, está sendo realizado por meio de entrevista semi-estruturada aplicada a professores membros dos Conselhos Escolares das escolas que compõem a amostra.

Na primeira etapa da pesquisa, realizamos entrevistas nas cinquenta e duas escolas de educação básica públicas de Marília. Dessas escolas, selecionamos aquelas que apresentaram um maior nível de atuação do Conselho de Escola para dar prosseguimento à pesquisa, um número equivalente a dez por cento das escolas visitadas. Dessa amostra de escolas, estamos entrevistando em torno de dois professores membro do Conselho de cada escola.

Como conclusões parciais, temos que o Conselho Escolar é uma instância de participação docente muito importante para a instauração da democracia nas escolas. Concluimos que é também por meio do Conselho que pode ser criada uma cultura de participação docente que possibilite a construção de uma escola democrática. Mas, no nosso entendimento, somente um conselho escolar plural é insuficiente para garantir a gestão democrática nas escolas. Existem várias outras instâncias que podem contribuir para o processo democrático, que é bastante complexo e não pode ser alcançado de um momento para o outro. A participação e intervenção das entidades representativas dos segmentos que compõem a comunidade interna e externa constituem-se em uma das instâncias. No caso do setor docente, essa intervenção poderia ser realizada pelo seu sindicato. Porém, a instância mais radical e profícua seria a auto-organização democrática da comunidade escolar.

Diante do exposto, afirmamos a relevância deste trabalho, no sentido de trazer à reflexão o tema referido, como contribuição nas discussões do projeto sobre Gestão Democrática do Grupo Educação e Trabalho.

Referências

- ADRIÃO, T., CAMARGO, R. B. A gestão democrática na Constituição Federal de 1988. In: OLIVEIRA, R. P., ADRIÃO, T. (orgs) *Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal*. São Paulo: Xamã, 2001.
- BOBBIO, Norberto. Liberalismo e democracia. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BRABO, T. S. A. M. Democratização da escola sob uma perspectiva de gênero: um novo desafio. *Organizações e democracia*. Marília, n. 5, p.55 – 78, 2004.
- BRASIL. Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <http://www.mec.gov.br> Acesso em 13 de junho de 2006.
- DAL RI, N. M. *Sindicato, autonomia e gestão democrática na universidade*. 1997. 221 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- DAL RI, N.M. *Educação democrática e trabalho associado no contexto político – econômico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem – Terra*. 2004. 315 f. Tese (Livre Docência) – Universidade Estadual Paulista, Marília.
- DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. A educação do movimento sem- terra. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro: Anped: Autores Associados, n. 26, p. 44 – 57, mai./jun./jul./ago., 2004.
- DEMO, P. Participação é conquista. São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1988.
- DOURADO, Luiz Fernandez. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.) *Gestão Democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. São Paulo: Cortez, 1998.
- FERREIRA, N. S. C. Repensando e ressignificando a gestão democrática da educação na “cultura globalizada”. *Educação & Sociedade*. Campinas: CEDES. v.25, n. 89, p. 1227-1250, set./dez. 2004.
- FLORES, Daniela Garcia. *Conselho de escola: possibilidades e limitações (um estudo de caso)*. 1996. 116f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.
- FURTADO, Érica Luisa Matos. *Políticas educacionais e gestão democrática na escola*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.
- OLIVEIRA, D. A. (org.) *Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. 3 ed. São Paulo: Ática, 2004.
- PARO, Vitor Henrique. O princípio da gestão escolar democrática no contexto da LDB. In: OLIVEIRA, R. P., ADRIÃO, T. (orgs) *Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal*. São Paulo: Xamã, 2001.
- SILVA, C. S. B., MACHADO, L. M. (orgs) *Nova LDB: trajetória para a cidadania?* São Paulo: Arte & Ciência, 1998.
- VIEITEZ, C. G. *Os professores e a organização da escola*. São Paulo: Autores Associados/Cortez, 1982.